

Sociedade em

Debate

O periódico SOCIEDADE EM DEBATE é uma publicação semestral do Mestrado em Política Social – Curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas.

Os artigos enviados poderão ser publicados, caso sejam aprovados pelo Conselho Editorial. A revisão e as opiniões expressas nos artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores

Publicação semestral - V. 14, N.1 – Janeiro-Junho de 2008 - ISSN 1414-9869

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS

Chanceler

D. Jayme Henrique Chemello

Reitor

Alencar Mello Proença

Vice-Reitor

José Carlos Bachettini Júnior

Pró-Reitora Acadêmica

Myriam Siqueira da Cunha

Pró-Reitor Administrativo

Carlos Ricardo Gass Sinnott

Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais

Rubens Bellora

Coordenadora do Curso de Serviço Social

Andréa Valente Heidrich

SOCIEDADE EM DEBATE

Comissão Editorial

Vera Maria R. Nogueira - Coordenadora

Andréa Valente Heidrich

Luís Antônio Bogo Chies

Helenara Silveira Fagundes

Jovino Pizzi

Mara Rosange Acosta de Medeiros

Aline Campelo Carvalho - Bolsista

Conselho Editorial

Armando Barrientos - Universidade de Sussex

Antonio Carlos M. Cruz - UCPel

Carolina González Laurino - UDELAR

Elaine Rossetti Behring - UERJ

Flávio Heinz - UNISINOS

Gomercindo Ghiggi - UFPEL

Ivanete Boschetti - UnB

Ivete Simionatto - UFSC

Jussara Maria Rosa Mendes - PUCRS

Margarita Rozas Pagaza - UNLP

Maria Carmelita Yazbek - PUCSP

Maria Lucia Barroco - PUCSP

Marina Maciel Abreu - UFMA

Mirta Vuotto - UBA

Mônica De Martino - UDELAR

Potyara Amazoneida P. Pereira - UnB

Regina Célia Mioto - UFSC

Rosa Stein - UnB

Unai Pascual - Universidade de

Cambridge

Vicente de Paula Faleiros - UnB

Vini Rabassa da Silva - UCPel

Yolanda Aparecida D. Guerra- UFRJ

Direito reservado para esta edição: Universidade Católica de Pelotas

Produção Editorial: Editora EDUCAT/UCPEL

Editoração Eletrônica: Ana Gertrudes G. Cardoso / Luthiane de Quadro (bolsista)

Capa: Ana Gertrudes Cardoso

Foto da Capa: Paulo Azambuja

Tiragem: 200 exemplares

Aceita Permuta

http://antares.ucpel.tche.br/revista_soc_debate/

Sociedade em Debate	Pelotas	V.14	N.1	p.1 - 182	Jan.-Jun. 2008
---------------------	---------	------	-----	-----------	----------------

SUMÁRIO

- 07 Dimensões socioculturais urbanas da violência: contemporaneidade e relações sociais
Carlos Alberto Máximo Pimenta
- 25 O espetáculo da punição e elogio à violência
Emanuel Bruno Lopes de Sousa
- 37 Política social e participação societária
Carlos Montaña
- 47 Ética y trabajo social: la dimensión ética en la intervención profesional
María Teresa Trachitte, Carmen Lera, Sandra Arito, María del Carmen Ludi, Gladis Martínez, Mario González
- 81 Ética profesional una tensión constante entre la ética de la responsabilidad y de la convicción
Cecilia Aguayo Cuevas
- 89 Buscando nuevos canales de autonomía a través de políticas de inclusión: las cooperativas sociales en Uruguay
Anabel Rieiro
- 103 Políticas públicas y economía social en Venezuela
Madeleine Richer
- 119 O público e o privado na reforma do sistema de saúde brasileiro
Sylvia Maria Calipo, Cássia Baldini Soares
- 139 Reforma do Estado: a saúde subordinada as contratualidades do mercado?
Keli Regina Dal Prá
- 155 Descentralização da saúde em Campina Grande, Paraíba, no âmbito da vigilância sanitária
Emmanuelle Marie Albuquerque, Aliana Fernandes Guimarães, Samara Costa da Nóbrega Medeiros, Geraldo Medeiros Júnior
- 169 O estágio em Serviço Social em assentamentos de reforma agrária do MST
Angelita Soares Ribeiro, Cristine Jaques Ribeiro

Apresentação

O tema central desta edição contempla uma das questões mais candentes deste início de século – as violências. Colocamos no plural tentando dar conta das inúmeras dimensões e esferas que alcança. Incide tanto nos macro-espacos como nos micro-espacos. Em relação ao macro-espaco, identifica-se a amplitude internacional expressa nos atentados terroristas em larga escala, nas violações dos direitos humanos, nas guerras perversas e por motivos mesquinhos, sem mencionar a violência contra o meio-ambiente e outras tantas mais. Quanto aos micro-espacos, reconhecemos as violências das guerrilhas nas periferias das cidades, a perpetrada nos planos das relações pessoais - pelos pais em relação aos filhos, professores versus alunos e vice-versa, além de inúmeras outras situações que vemos estampadas nas manchetes diárias dos periódicos e revistas de grande circulação. As ações violentas tornam-se parte de um cotidiano ameaçador da integridade pessoal, física e simbólica, produzindo sobressaltos que angustiam e, em alguns casos, a respostas, igualmente brutais, desencadeiam uma espiral sem retorno.

Torna-se quase impossível uma leitura deste fenômeno generalizado em larga escala, e os dispositivos heurísticos para leitura do real parecem não dar conta de explicações ou compreensão das inúmeras faces que as violências assumem. As respostas são tão variadas quanto às ameaças. Desde demandas por maior proteção policial – tolerância zero, posições que defendem um amplo controle de armas até o completo desarmamento, a imposição de penalidades mais severas quando os responsáveis são aprisionados. Fala-se mesmo até na segregação de bairros inteiros considerados ameaçadores ou o isolamento e proteção vigiada para bairros de classe média e alta. No plano pessoal a resposta é um afastamento progressivo da convivência societária aguçando os sentimentos de risco e os individualismos.

Contrapondo-se ao fenômeno da violência, algumas respostas solidárias têm surgido com uma proposta de retorno das relações cooperativas e distanciando-se do competitivo ethos capitalista vivido atualmente. Há uma recusa à violência sutil do consumismo, uma preocupação com o meio ambiente e uma série de atitudes inovadoras contra o mundo da violência, passando pela retomada de aspectos valorativos mais inclusivos.

No plano acadêmico as múltiplas formas e gêneses das violências não nos eximem da tentativa de sua leitura e a identificação das possíveis respostas que a sociedade atual oferece, seja no plano da sociedade civil seja no plano sob a influência estatal.

Neste enfoque, o primeiro artigo desta edição, do professor Carlos Alberto Máximo Pimenta aborda as múltiplas dimensões socioculturais da violência urbana como um dos temas de forte impacto tendo como referência a contemporaneidade, sem perder de vista as consequências desse movimento nas relações sociais. Partindo de indagações decisivas, tais como: por que o ideário contido no processo de

civilização não foi capaz de evitar atos de barbárie? As sociedades tecnológicas e informacionais terão condições de minimizar esse quadro de expressões? Do ponto de vista humano, como pensar a formação do indivíduo? Como propor entendimentos mínimos sobre as diversas ‘violências’ experimentadas na realidade brasileira, em especial nos centros urbanos? Refaz um percurso teórico centralizado em autores contemporâneos, nacionais e estrangeiros que relacionaram, de alguma forma, o tema com a modernidade. Conclui com indicações rigorosas sobre o trato da violência urbana, apontando que as “tentativas de minimizar suas conseqüências devem, sem partir de uma receita pronta e acabada, respeitar as características socioculturais de cada localidade e região, grupo ou movimento social e as múltiplas diversidades presentes no plano da cultura”.

Como um contraponto às situações insuportáveis de violência, as sociedades buscam as saídas possíveis, nem sempre as desejáveis. É o que assinala Emanuel Bruno Lopes de Sousa com o artigo *O espetáculo da punição e elogio à violência* mostrando “os mecanismos de punição que a sociedade cria e utiliza, orientada por um sentimento de justiça com as próprias mãos. Quando se depara com situações de violência, transformados em verdadeiros espetáculos.” Lembra o autor que o discurso em torno da questão, pauta-se nos dispositivos de coibição e não de explicação, banalizando a apreensão em torno do binômio – violência e injustiça social ou violência e desigualdade. Privilegia-se o discurso da “violência se combate com violência” e o que autores vêm denominando como a “glamorização da barbárie”. Conforme o autor analisa, esses procedimentos aumentam a aflição das pessoas perante situações que envolvem a violência, exacerbando a sensação de insegurança e inspirando e estimulando formas agressivas de defesa.

A violência decorrente da luta de classes, fruto da contradição de interesses entre trabalhadores e empresariado vem sendo aplainada em grande parte em função das possibilidades, sempre limitadas, de ampliação dos direitos fundamentais, especialmente dos direitos sociais. O professor Carlos Montaña trata, em seu artigo *Política Social e Participação Societária*, da violência da exploração capitalista. Mostraue “no lugar das ‘lutas de classes’, parecem surgir, como ‘novidades’, as lutas de gênero, pela liberdade de orientação sexual, de raça, d de nacionalidades, lutas entre comunidades, bairros, ou até entre religiões, etc.” Alerta para as alterações de linguagem que, para além de alterações semânticas, significam disputas ideológicas. Segundo Montaña, “pareceria que as lutas de classes saíram do horizonte do pensamento, não apenas teórico como político, e que as demais contradições e conflitos existentes não tenham nenhum vínculo com a questão de classes”. Partindo destes pressupostos estrutura a relação entre política social e sociedade, evidenciando a funcionalidade da primeira na organização societária e, no limite, reduzindo os conflitos sociais.

Os dois textos em seqüência, um da professora Cecilia Aguayo Cuevas e outro dos professores María Teresa Trachitte, Carmen Lera,

Sandra Arito, María del Carmen Ludi, Gladis Martínez e Mario González, trabalham a ética profissional. A relação com a violência se situa na exigência do debate acerca de valores vinculados as profissões que devem se adequar às situações derivadas dos processos de reestruturação econômica e processos de globalização. As alterações societárias, que vão desde a ampliação dos fluxos migratórios até a ampliação dos índices de pobreza e suas conseqüências sociais, impõem novos padrões éticos aos profissionais, especialmente aos assistentes sociais. A ética da convicção e a ética da responsabilidade, os dois pólos pelos quais transita a ação profissional são abordados de forma profunda e densa viabilizando escolhas éticas conscientes. O artigo dos professores argentinos trata do campo disciplinar do Serviço Social em sua relação com a Filosofia. Marcam o eixo profissional em torno do qual se articulam tanto necessidades, conflitos, finalidades, interesses de distintos autores como as instituições, as demandas das pessoas que a elas acedem, as disposições legais. “Todo esto requiere de una mirada compleja y problematizadora. Ello supone el abordaje de la ética como una dimensión siempre presente, muchas veces solapada detrás de posicionamientos religiosos, político-militantes o técnicos que operan, en el sentido de fundamentación de las acciones profesionales”.

A contribuição dos dois textos seguintes, das professoras Anabel Rieiro, do Uruguai e da professora Madeleine Richer, da Venezuela, compõem outro plano reflexivo sobre as saídas encontradas por duas sociedades para fazer frente à violenta exploração das classes populares. Os textos *Buscando nuevos canales de autonomía a través de políticas de inclusión: Las cooperativas sociales en Uruguay* e *Políticas públicas y economía social en Venezuela*, relatam experiências concretas e inovadoras no campo social. O primeiro texto assinala como ponto de partida uma questão crucial para os países da América Latina – “¿Cómo estimular la integración de los sectores más vulnerables por parte del Estado?” As respostas são expressas, nos dois textos, nos relatos de experiências sérias de economia social, com o apoio comprometido do poder público com a situação de pobreza e vulnerabilidade. A professora Anabel relata um caso concreto da política de cooperativas sociais levada a cabo pelo atual governo uruguaio. Enfatiza a busca de “discutir a partir de allí los desafíos en generar políticas públicas con el objetivo inmediato de inclusión sin reforzar mecanismos de dependencia que quiebren la posibilidad de construir, a largo plazo, un camino propio a partir del cual construir autonomía en los sectores populares”. Analisando o caso venezuelano a professora Madeleine afirma que a experiência, “al mismo tiempo, se va afirmando una nueva concepción de la acción pública, más amplia, que incluye una dimensión no institucional, ligada a la acción colectiva de los ciudadanos cuando desarrollan actividades en función del bien colectivo”. Concluí discutindo alguns desafios para a construção de uma economia plural onde a economia social tenha um lugar importante.

Os textos a seguir, *O Público e o Privado na reforma do sistema de saúde brasileiro*, *Reforma do Estado: a saúde subordinada as*

contratualidades do mercado? e Descentralização da saúde em Campina Grande, Paraíba, no âmbito da Vigilância Sanitária, sinalizam para outra ordem de preocupações. No primeiro texto, as professoras Sylvia Maria Calipo e Cássia Baldini Soares, analisam as manifestações da reforma no setor saúde. Particularmente enfocam o Programa Saúde da Família e a transformação das instituições em Organizações Sociais, procurando verificar até que ponto essas mudanças na conformação do SUS significam a privatização de instituições públicas e a perda do direito universal à saúde. É outra forma de violência da qual não se fala muito – a violência contra a ordem legalmente constituída e expressa na Constituição Brasileira. Analisam a legislação contemporânea do SUS, utilizando os espaço público e o espaço privado como categorias analíticas e concluem que o direito à saúde não está garantido na reforma do setor saúde, uma vez que a concepção de Estado que fundamenta o SUS e aquela da reforma são diferentes. Keli dal Prá, com o mesmo tema, discute o direito à saúde e sua “submissão as contratualidades estabelecidas entre Estado e mercado no processo de reforma administrativa, onde as diretrizes para a reconstrução das funções estatais têm incidências diretas na política pública de saúde”. Resgata as diretrizes orientadas por diagnósticos realizados pelos organismos internacionais expressas em três dos principais documentos, elaborados na década de 1990, para a discussão da reforma do setor mostrando sua contradição com o disposto na Constituição Federal Brasileira de 1988. Alerta que, ainda hoje, o debate e as indicações para a área continuam priorizando a racionalização financeira como uma das metas, sendo uma das receitas a focalização da atenção à saúde. E Emanuele Araujo conclui com um relatório de pesquisa sobre as ações da vigilância sanitária em Campina Grande evidenciando o afastamento das funções precípuas e detalhadas nos dispositivos que orientam a descentralização no país. Mostra claramente como as ações afastam-se da promoção e proteção da saúde, tendo centralidade as ações de controle da produção e circulação de produtos. Marca a relevância de ampliar o arco das ações, cumprindo com os preceitos legais, lembrando da integralidade como um dos pilares de estruturação do sistema de saúde brasileiro.

Fechando essa edição apresentamos o artigo da professora Cristine, no qual relata a prática de estágio supervisionada em uma organização freqüentemente taxada de violência por parcelas minoritárias da sociedade brasileira – o MST. Angelita Soares Ribeiro e Cristine Jaques Ribeiro apresentam a outra face da história, além da rica experiência desenvolvida.

Por que tanta preocupação com as violências? Por que, como dizia Edgar Morin, “é eticamente inaceitável”.

Boa leitura!!!!!!

Dra. Vera Maria Ribeiro Nogueira
Professora do Mestrado em Política Social
Universidade Católica de Pelotas